

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): ONDE ESTÁ O LAZER?

*THE COMMON NATIONAL CURRICULAR BASE (BNCC):
WHERE IS LEISURE?*

*LA BASE CURRICULAR COMÚN NACIONAL (BNCC):
¿DÓNDE ESTÁ EL OCIO?*

CARLOS ALBERTO FONSECA^I

CÁTHIA ALVES^{II}

HÉLDER FERREIRA ISAYAMA^I

^I Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),
Belo Horizonte/MG - Brasil

^{II} Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia
de São Paulo (IFSP), Salto/SP - Brasil

RESUMO O objetivo desse estudo foi descrever e analisar como o lazer é tratado no documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considerado aqui como um dispositivo estratégico de governamento, no contexto da educação infantil e do ensino fundamental. Buscamos identificar em quais áreas o lazer é citado; detectar de que maneira essas áreas abordam o tema e analisar qual enfoque é dado ao lazer nas três versões do documento. O estudo utilizou a combinação das pesquisas bibliográfica e documental, com o auxílio da técnica de análise de conteúdo. Como conclusão identificamos que o termo lazer aparece nas três versões da BNCC e é citado onze vezes na primeira versão, vinte e sete vezes na segunda e quinze vezes na terceira. O termo lazer é citado nos textos específicos de diferentes áreas do conhecimento, tais como: geografia, educação física, arte e história, o que pode indicar o caráter multidisciplinar que o termo assume, também, dentro do contexto escolar. Por fim, indicamos que o lazer estabelece relações com elementos ligados à cultura corporal, ao esporte, às tecnologias, à pluralidade artística e cultural e a saúde.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO. LAZER. CURRÍCULO.

ABSTRACT The purpose of this study was to describe and analyze how leisure is treated in the Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considered here as a strategic device of governance, in the context of early childhood education and elementary education. We seek to identify in which areas leisure is cited; to detect in what way these areas approach the theme

and to analyze which approach is given to leisure in the three versions of the document. The study used the combination of bibliographical and documentary research, with the help of the content analysis technique. As a conclusion we have identified that the word leisure appears in all three versions of the BNCC and is quoted eleven times in the first version, twenty-seven times in the second and fifteen times in the third. The term leisure is cited in the specific texts of different areas of knowledge, such as geography, physical education, art and history, which may indicate the multidisciplinary aspect that the term also assumes within the school context. Finally, we indicate that leisure establishes relationships with elements related to body culture, sports, technologies, artistic and cultural plurality, and health.

KEYWORDS: EDUCATION. LEISURE. CURRICULUM.

RESUMEN El propósito de este estudio fue describir y analizar cómo se trata el ocio en la Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considerada aquí como un dispositivo estratégico de gobierno, en el contexto de la educación de la primera infancia y la educación primaria. Buscamos identificar en cual áreas del ocio se citan; para detectar de cual manera estas áreas abordan el tema y analizar cual enfoque se da al ocio en las tres versiones del documento. El estudio utilizó la combinación de investigación bibliográfica y documental, con la ayuda de la técnica de análisis de contenido. Como conclusión, hemos identificado que la palabra ocio aparece en las tres versiones de BNCC y se cita once veces en la primera versión, veintisiete veces en la segunda y quince veces en la tercera. La palabra ocio se cita en los textos específicos de diferentes áreas del conocimiento, como geografía, educación física, arte e historia, que pueden indicar el carácter multidisciplinario que el término también asume dentro del contexto escolar. Finalmente, indicamos que el ocio establece relaciones con elementos relacionados con la cultura corporal, deportes, tecnologías, pluralidad artística y cultural, y salud.

PALABRAS CLAVE: EDUCACIÓN. OCIO. PLAN DE ESTUDIOS.

INTRODUÇÃO

Desenvolver uma reflexão sobre a relação entre lazer e educação, não é tarefa fácil, em virtude dos diferentes pontos de vista apresentados por estudiosos que se dedicam a essas temáticas. No entanto, essa discussão requer a adoção de uma postura e posicionamento conforme ressalta Marcassa (2004, p.126) isso deve acontecer em “face da gama de possibilidades, aspectos, desafios e dificuldades que tal questão envolve”.

No que se refere ao lazer, o compreendemos como um objeto multidisciplinar que não está vinculado a uma única área do conhecimento. Quanto ao contexto escolar, o lazer não é um conteúdo exclusivo de uma única disciplina e pode ter seu potencial identificado em diferentes espaços e tempos do currículo e das atividades extracurriculares. De acordo com Oliveira (2015) a experiência multidisciplinar não prejudica a especificidade das áreas de conhecimento, tampouco seu campo de atuação, pois, ela acaba aflorando a diversidade e a originalidade durante a resolução de determinadas situações ou problemas.

Assim, o lazer pode ser uma forma de proporcionar ao aluno uma consciência das manifestações culturais como referência situacional de sua realidade, enquanto cidadão participativo, dentro de sua comunidade e em conformidade com as mudanças e interações sociais.

Diversos autores defendem a ideia de que a escola, como um todo, pode assumir a educação para e pelo lazer como um de seus eixos do conhecimento, o que pressupõe colocar em questão as próprias finalidades sociais da instituição escolar. Isso implicaria em uma mudança na cultura escolar, abrangendo no âmbito da sua atuação, profissionais de diversas áreas como: educação física, geografia, artes, turismo, história, pedagogia, entre outros (REQUIXA, 1977; BRACHT, 2003; MARCELLINO, 2004, 2005; PACHECO, 2004, 2006; PINTO, 2008; FRANÇA, 2003).

Por essas razões, e na tentativa de ampliar o debate sobre a relação entre lazer e educação, esse estudo foi organizado a partir de um enfoque normativo e prescritivo, através de documentos oficiais que regem a educação brasileira. Nesse caminho, a nossa escolha foi analisar os documentos referentes a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Após consulta nacional, o Conselho Nacional de Educação (CNE) recebeu do Ministério da Educação (MEC), em 6 de abril de 2017, o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) referente a educação básica nos níveis de educação infantil e de ensino fundamental. O CNE teve a incumbência de emitir parecer relativo ao documento, após ser apreciado e votado pelo Conselho Pleno (CP) constituído por membros da instituição. O parecer foi encaminhado ao MEC ficando disponível para homologação, o que ocorreu em dezembro de 2017. Desde então, esse documento se configura em uma política educacional a ser implantada em todos estados da federação brasileira, estipulando-se ali direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos da rede pública e privada de ensino.

Embora se configure em um documento construído com a participação pública, parece estabelecer conexões com propostas e políticas ligadas às reformas educacionais da década de 1990. Algumas delas são: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e posteriormente o Plano Nacional de Educação (PNE). É de competência do CNE o monitoramento contínuo e avaliação periódica da execução das metas do PNE, bem como, a elaboração de políticas públicas para assegurar a implementação de estratégias para cumprimento dessas metas.

Semelhanças estruturais podem ser percebidas entre a BNCC e os PCNs, pois se apoiam no ideário de competências gerais que dialogam com os componentes curriculares no decorrer da educação básica (BRASIL, 2017b, c) com base na “construção de conhecimentos e habilidades e na formação de atitudes e valores” (BRASIL, 2017c, p.18). Para ambos os documentos, é atribuída à educação uma função salvacionista, que foi identificada e debatida por estudiosos da área de políticas educacionais como “uma velha máxima salvacionista” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011, p. 47), que são políticas públicas educacionais influenciadas por agências internacionais ligadas a economia.

Para a pesquisa em questão, recorremos, especificamente, à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que se constituiu o objeto de análise desse estudo, “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017c. p. 7).

As primeiras versões da BNCC, divulgadas em 2015 e 2016, contemplavam no mesmo texto as diretrizes curriculares para a educação básica, tanto para o ensino fundamental